

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo

BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO

Opinião Pública e Política Externa

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO

Opinião Pública e Política Externa

2010 - 2011

PESQUISADORES:

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA

JANINA ONUKI

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

BOLSITAS

MATHEUS HARDT (APOIO TÉCNICO)

FABIO ANDÓ (INICIAÇÃO CIENTÍFICA)

PAULA MIAN (INICIAÇÃO CIENTÍFICA)

BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO

Opinião Pública e Política Externa

2010 - 2011

Para Amaury de Souza, parceiro.

Brasil, as Américas e o Mundo é parte do projeto colaborativo *Las Américas y el Mundo* – capitaneado por pesquisadores do Centro de Investigación y Docencia Económicas - CIDE (México) e realizado por uma rede de instituições acadêmicas do continente americano. Seu propósito é estudar, de forma sistemática e periódica, a opinião pública da região com relação a temas centrais de política externa e relações internacionais. Consiste em uma pesquisa de opinião por questionário que colhe informações sobre opiniões, atitudes, crenças, interesses, aspirações e valores de lideranças e cidadãos comuns sobre suas relações com o mundo. Pesquisa de tipo painel, ela será replicada periodicamente de forma a captar a permanência ou mudança das percepções, atitudes e valores com respeito aos temas internacionais nas Américas.

Na edição de 2010-2011, participaram, além do CIDE (México) e do IRI-USP (Brasil), equipes de pesquisadores da Universidad de Los Andes (Colombia), Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO (Equador) e do Instituto de Opinión Pública y la Escuela de Gobierno da Pontificia Universidad Católica de Peru.

Em todos os países, aplicou-se um questionário comum com 13 áreas temáticas: Interesse por temas internacionais; Contato com o exterior; Identidade; Cultura Política; Política Externa e Desempenho Governamental; Segurança; Economia Internacional; Migração; Regras e Organizações Internacionais; América Latina, Estados Unidos e Outras Regiões e Países do Mundo. Além do núcleo de perguntas compartilhado, as equipes nacionais puderam acrescentar perguntas específicas para cada país.

No Brasil, os questionários foram aplicados a uma amostra intencional de 200 líderes políticos e sociais e a uma amostra aleatória, de 2400 entrevistados, representativa da população urbana brasileira, entre o final de 2010 e 2011. Sua aplicação foi realizada pela Techné - Informática e Recursos Humanos, sob a direção de Amaury de Souza, para a amostra de líderes, e pela IPSOS Opinion para o público. Nenhuma das duas empresas têm responsabilidade pela interpretação dos dados, realizada pelos pesquisadores do IRI-USP.

A realização da pesquisa no Brasil foi possível graças ao apoio do CNPq (Proc.478921/2009-8), que financiou o estudo sobre lideranças, e da FAPESP (Proc.2010/06356-3), que assegurou recursos para o estudo das opiniões do público.

O BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO

Introdução

Por décadas, a política externa brasileira não fez parte da agenda pública de debates. Formulada e executada pelo Ministério de Relações Exteriores, com maior ou menor protagonismo da Presidência da República, ela foi, tipicamente, uma política produzida em situação de insulamento burocrático. Assim, sua natureza de política de estado – coerente, estável, suprapartidária e pouco sensível às mudanças de governo – foi explicada pelo predomínio, no processo de sua definição e implementação, do Itamaraty, agência estatal com forte espírito de corpo, memória institucional, treinamento especializado e competência específica.

Para além dos fatores estruturais, ligados à posição do país no sistema internacional, a presença do Ministério das Relações Exteriores foi considerada, pela literatura especializada, a principal razão da

existência da política externa como política de estado. Nessas condições, as opiniões das lideranças partidárias e do público eram irrelevantes para a sustentação da ação externa do país. Para entendê-la era suficiente, de um lado, conhecer os condicionantes externos, gerados no nível do sistema internacional, e, de outro, olhar para o Itamaraty, as ideias que ali predominavam, as estratégias traçadas por suas lideranças e as cadeias internas de comando, bem como para sua relação com a Presidência da República.

Essa situação vem mudando nas últimas duas décadas. Embora o MRE continue ocupando o centro nervoso que comanda a política externa brasileira, ela já não pode mais ser pensada como um caso bem sucedido de insulamento burocrático, possibilitado pela indiferença das lideranças políticas e sociais e da opinião pública, ou daquela parcela mais envolvida na discussão políti-

ca (FARIA, 2008). Assim, sua condição de política de estado começa a depender crescentemente, não só da disciplina e capacidade de uma elite burocrática treinada para pensar o país no mundo, mas também dos consensos formados entre os participantes do que Amaury de Souza denominou “comunidade de política externa”¹ e da capacidade desta de produzir visões sobre a ação externa do Brasil compartilhadas pelo público.

Não estamos aqui afirmando que ideias sobre o mundo e sobre o lugar do país no mundo, social-

mente construídas e compartilhadas, sejam os únicos fatores a explicar a ação internacional dos países. A dotação assimétrica de recursos de poder – mais ou menos duros – de que dispõem os países, bem como o contexto presente e os legados institucionais, que constroem seus movimentos, são dados com existência própria, para além da consideração subjetiva dos atores. Entretanto, sendo a ação humana fundada, como queria Weber, em comportamentos dotados de sentido e reciprocamente referidos, as representações que as moldam, são dimensão constitutiva do agir, e, nessa medida, relevantes para seu entendimento (KEOHANE; GOLDSTEIN, 1993).

Desta forma, indagar o que pensam os membros da comunidade de política externa e os brasileiros interessados nos assuntos internacionais torna-se relevante para entender as bases sobre as quais a política externa se sustenta, seu núcleo de visões compartilhadas, bem como as fronteiras para além das quais o consenso se dissolve.

1 “Qualquer que seja o país, a ‘comunidade de política externa’ não é uma entidade socialmente homogênea. É um grupo diversificado, constituído por pessoas que não necessariamente se conhecem ou mantêm relações regulares entre si, e entre as quais existe, por conseguinte, amplo potencial de divergência, seja no tocante a interesses específicos, seja no nível mais abrangente de suas visões e mundo. “essas comunidades mostram-se bastante convergentes ou homogêneas no que diz respeito às premissas e aos critérios de avaliação a que seus integrantes recorrem quando se trata de atribuir prioridades e definir diretrizes estratégicas de política externa. Sejam seus membros titulares de funções públicas ou interlocutores extragovernamentais, (...) as ideias e avaliações dessa ‘comunidade’ delimitam o discurso político visto como legítimo, fixam o molde dentro do qual se formam as percepções da opinião pública e de outros segmentos sociais, e assim influenciam, direta ou indiretamente, o curso das decisões de política externa” (Souza, 2009:3)

De outra parte, estudar as opiniões do público nos permite verificar o grau em que as opiniões da comunidade de política externa lograram se difundir de maneira ampla.

Brasil, as Américas e o Mundo – política externa e opinião pública 2010, tem por objetivo descrever e analisar a percepção das lideranças (comunidade de política externa) e do público brasileiro em relação à política externa brasileira e à política internacional. Faz parte de uma parceria acadêmica internacional que inclui equipes de pesquisa de vários países da América Latina: Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru. A coordenação geral do projeto – *Las Américas y el Mundo* – está a cargo do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), no México.

Partimos do suposto de que são bem distintas as relações da comunidade de política externa e do público com a política exterior. O papel da primeira é ativo, na medida em que contribui à definição de ideias e percepções que delimitam as opções de política exterior aceitáveis. Assim,

conhecer suas opiniões predominantes, os pontos de convergência e de dissenso permite mapear o campo de ideias, atitudes e valores no interior do qual se constroem as alternativas possíveis e legítimas de ação externa. Já a posição do público é, em boa medida, reflexa, resultado do enraizamento das percepções geradas no interior da comunidade de política externa. Trata-se de uma opinião, em certo sentido, produzida de maneira exógena. Estudá-la nos permite dizer algo sobre o grau de consenso social obtido pela política externa, em razão do enraizamento de percepções geradas no âmbito da comunidade de política externa.

Para entender aquela dinâmica de disseminação, usamos duas questões-filtro – que medem o grau de interesse e de conhecimento de temas internacionais – para separar a parcela do público que tem condições mínimas de ter opiniões daqueles cujo desinteresse ou des-

informação não o permitem fazer². Neste último caso, estaríamos diante de impressões vagas e pouco consistentes e, nessa medida, de menor interesse para a análise. Denominamos o primeiro grupo Público Interessado e Informado (PII) e, o segundo grupo, Público Desinteressado e Desinformado (PDD).

Este relatório está dividido em seis capítulos. No primeiro apresentamos os dados sobre interesse por temas internacionais e grau de exposição a experiências no exterior, que justificam nossa opção por utilizar questões-filtro. No segundo, discutimos as percepções de elites e diferentes segmentos do público com relação ao cenário internacional. A agenda internacional do Brasil é o assunto do terceiro capítulo. No quarto, discutimos as visões sobre as estratégias internacionais para o

país. O quinto capítulo se ocupa da importância da América Latina e/ou América do Sul para o país. Finalmente, no sexto capítulo, apresentamos as opiniões sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos.

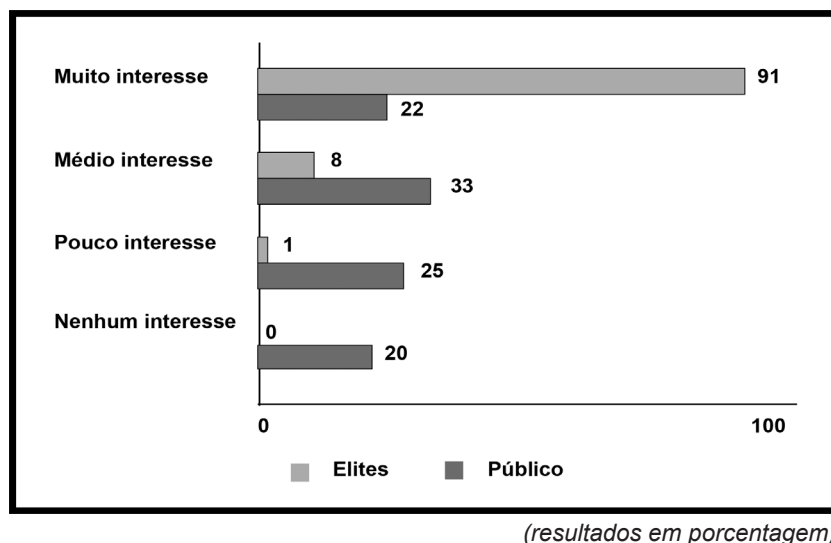
Identidade nacional, experiência e interesse por questões internacionais

Existe um abismo entre os membros da comunidade de política externa (CPE) e o público no que respeita ao interesse pelas relações internacionais do Brasil. O Gráfico 1 mostra uma CPE interessada nos assuntos mundiais e um público que lhes presta reduzida atenção.

2 Utilizamos como filtro a pergunta “Quando assiste às notícias, quanto interessado você está: muito, médio, pouco ou nada; em notícias sobre as relações do Brasil com outros países?” e a questão que solicitava a identificação da sigla da Organização das Nações Unidas. Os que responderam estar muito interessados e foram capazes de identificar a sigla da ONU foram agrupados na categoria PII, composta por 586 entrevistados. Procedimento semelhante foi utilizado por Nance & Cobb (2011).

GRÁFICO 1 - INTERESSE POR ASSUNTOS INTERNACIONAIS

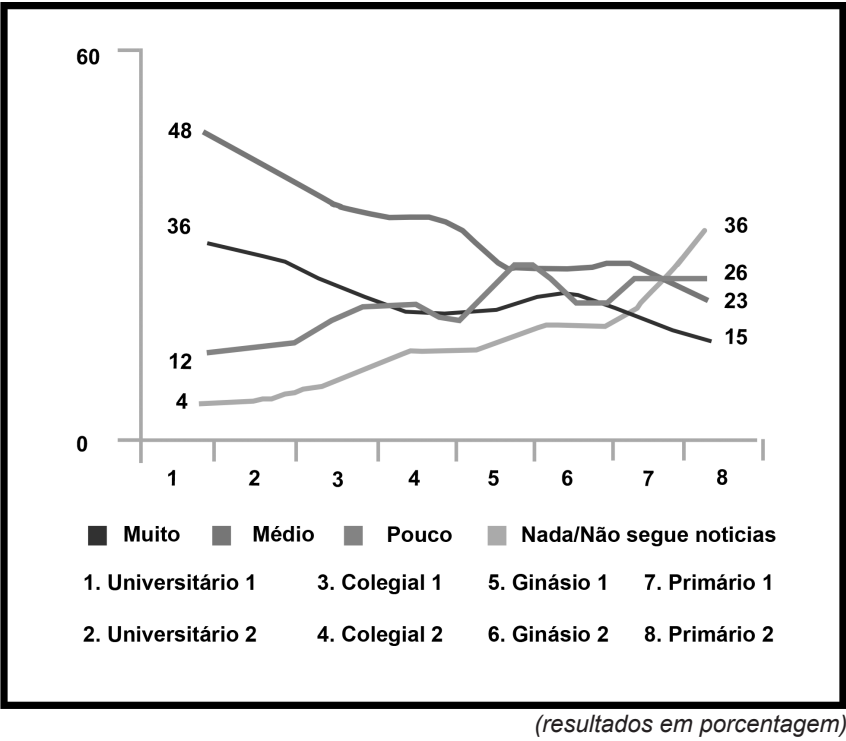
Pergunta: Quando assiste ao noticiário, quão intenso é seu interesse sobre as relações do Brasil com outros países?



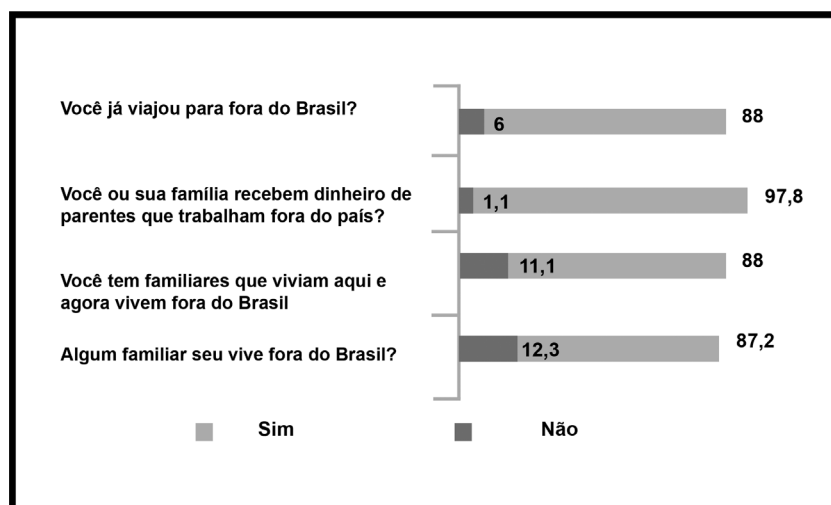
O grau de interesse dos brasileiros comuns está fortemente correlacionado com o nível de instrução, como se poderia esperar. A porcentagem dos brasileiros de nível universitário muito interessados em questões internacionais é mais que o dobro da porcentagem daqueles de baixa escolaridade. Mesmo assim, seu contingente é de menos que a metade do grupo de membros da CPE. Pouco menos da metade do público manifesta algum interesse pelas relações do Brasil com o exterior.

GRÁFICO 2

Público: escolaridade e interesse em Relações Internacionais



A atitude do público de alguma forma espelha sua limitadíssima experiência internacional. A imensa maioria dos brasileiros jamais viajou para o exterior e nem tem parentes que vivem ou viveram fora do país. Ao contrário do que ocorre em outros países da América Latina, que têm gerado fortes levadas migratórias, no Brasil, apenas uma minoria das famílias viveu a experiência de migrar para o exterior.

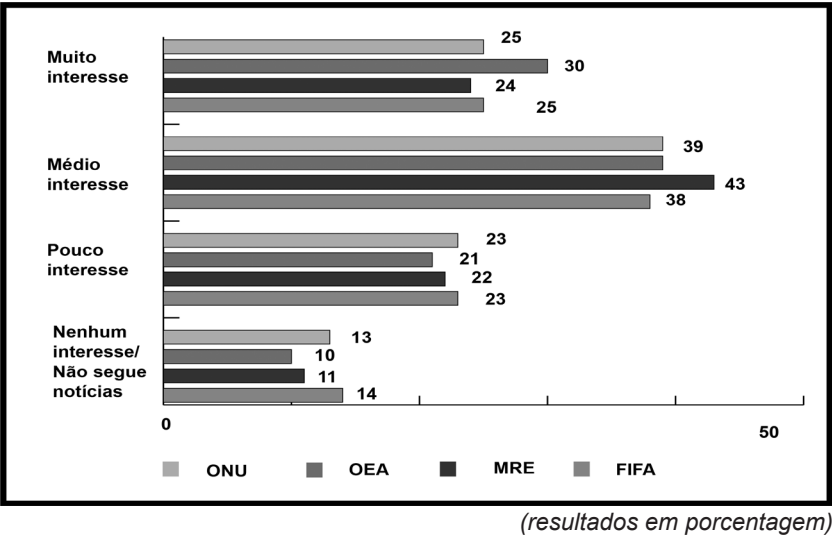


(resultados em porcentagem)

Pouco interessado no mundo e com reduzidíssima experiência própria do mundo, o público de massa não é capaz de reconhecer o Ministério das Relações Exteriores e as principais organizações internacionais por suas siglas. O Gráfico 3 mostra a porcentagem de respostas corretas e sua relação com o interesse pelas relações internacionais. A sigla do Itamaraty é reconhecida por uma parcela dos entrevistados, que cresce entre os interessados por questões internacionais. Apenas 46% identificaram corretamente as Nações Unidas, assim como a Federação Internacional de Futebol, e somente 24% soube dizer o significado correto de OEA.

GRÁFICO 3

Público: interesse em Relações Internacionais e Conhecimento



Uma comunidade de política externa atenta e bem informada e um público pouco interessado e mal informado sobre política externa caracterizam o país.

A comunidade de política externa é composta por pessoas com identidade nacional forte e orgulho de serem brasileiras, como mostra a tabela 1.

TABELA 1: CPE - IDENTIDADE

Identificação primária	Estado ou região	8,5
	Brasileiro	90
identificação regional	Do Mercosul	1,5
	Sul-americano	18,5
	Latino-americano	26
Orgulho nacional	Nenhum orgulho	2,5
	Pouco orgulho	3
	Médio	15,1
	Muito orgulhoso	75,9

(resultados em porcentagem)

A autoidentificação dos brasileiros como latino-americanos sempre foi tênue e ambivalente. A percepção de pertencer a uma nação diferente de seus vizinhos, em virtude de experiência colonial distinta, língua e trajetória peculiar como país independente, caracterizou desde sempre as elites, assim como o público de massas, marcando de forma particular a maneira como os grupos dirigentes formularam as relações do Brasil com a região e com o mundo. Mais recentemente, a política exterior brasileira definiu a América do Sul, e não a América Latina, como espaço para o exercício da liderança política brasileira.

Assim, os dados do *survey* mostram que apenas um quarto dos que contribuem para a formação do campo de ideias sobre a política internacional se reconhece como latino-americano, e que é irrisória a porcentagem daqueles para os quais ser do MERCOSUL é uma identidade importante. Como se verá mais adiante, tanto como identidade quanto como objetivo de política exterior, o MERCOSUL não parece ser meta de política externa considerada central para parcela importante da comunidade de política externa.

O cenário internacional e o desempenho do país

Os membros da comunidade de política externa avaliam muito positivamente o desempenho do país no plano internacional. Na verdade, a política externa é a área de ação governamental melhor avaliada e com relação à qual é maior a porcentagem de aprovação, como se observa a seguir. Os logros em desenvolvimento econômico são, também, positivamente avaliados. Quase 85% dos entrevistados consideram que o país logrou firmar uma imagem de independência frente ao mundo.

TABELA 2 - SATISFAÇÃO COM O DESEMPENHO DO PAÍS

Pergunta: Quão satisfeito você está com o que o Brasil conquistou ao longo de sua vida independente em matéria de...?

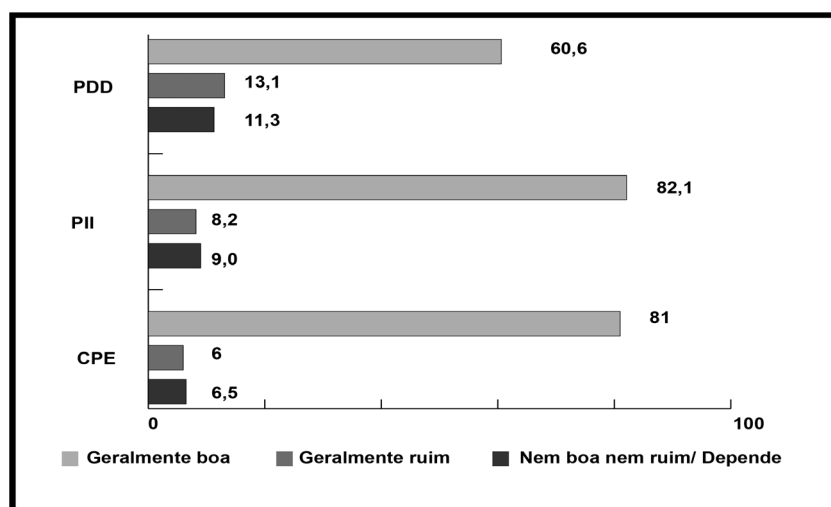
Independência frente ao mundo	Muito satisfeito	14
	Satisfeito	70,5
	Insatisfeito	14,5
	Muito insatisfeito	1
Igualdade social	Muito satisfeito	4
	Satisfeito	17,5
	Insatisfeito	53,5
	Muito insatisfeito	25
Desenvolvimento econômico	Muito satisfeito	11
	Satisfeito	51,5
	Insatisfeito	33
	Muito insatisfeito	4,5
Paz e segurança interna	Muito satisfeito	8
	Satisfeito	20,5
	Insatisfeito	52
	Muito insatisfeito	19

(resultados em porcentagem)

A comunidade de política externa, além do público interessado e informado, é também amplamente favorável à globalização, ao livre comércio e ao investimento estrangeiro. Os dois grupos são significativamente mais otimistas quanto aos efeitos da globalização do que a parcela do público pouco interessado e informado. Entretanto, mesmo nesse último grupo, uma atitude favorável à globalização predomina.

GRÁFICO 4 - CPE E PÚBLICO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

Pergunta: Você acredita que o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, fato conhecido como globalização, é, de modo geral, algo bom ou ruim para o Brasil?

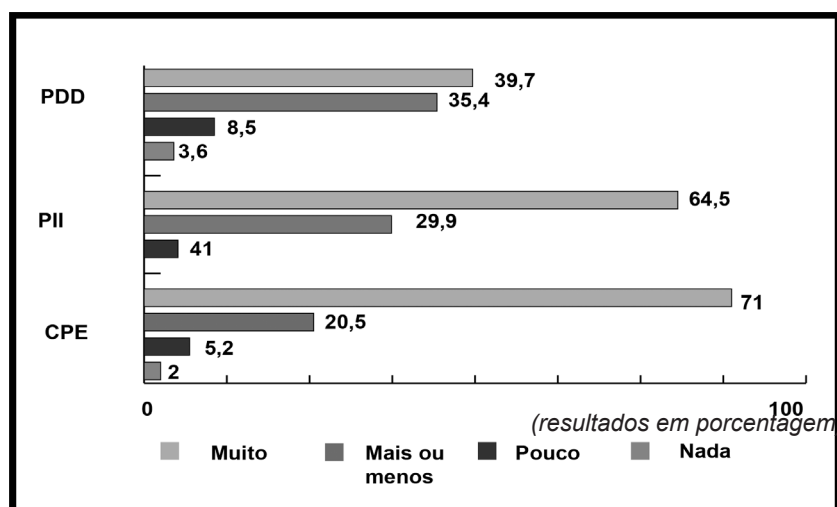


(resultados em porcentagem)

Em geral, a CPE é mais otimista do que o público quanto às consequências da globalização. Há uma diferença de 18 pontos percentuais entre os mais otimistas das elites e do público. Os pessimistas são poucos e estão mais concentrados, como porcentagem do total, na região centro-oeste, onde está situada a capital federal. Também estão no centro-oeste os menos entusiasmados com o impacto das inversões estrangeiras, embora elas sejam vistas favoravelmente pela maioria de entusiastas entrevistados das elites e do público.

GRÁFICO 5 - ELITES E PÚBLICO FRENTE AOS INVESTIMENTOS EXTERNOS

Pergunta: Quanto você acredita que a atração de investimentos beneficia o Brasil?



Finalmente, os dois grupos tendem a encarar positivamente os efeitos da abertura comercial sobre a economia, a agricultura, as empresas nacionais, os trabalhadores, as pessoas em situação semelhante a dos entrevistados, mas muito especialmente sobre a economia dos países desenvolvidos. Entretanto, nos dois grupos seus efeitos sobre o meio ambiente são vistos com mais reservas. As elites, mais do que o público, são reticentes quanto às consequências ambientais da liberdade de comércio internacional. É o que se observará na tabela 4, na página seguinte.

TABELA 3: ELITES, PÚBLICO E OS EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO

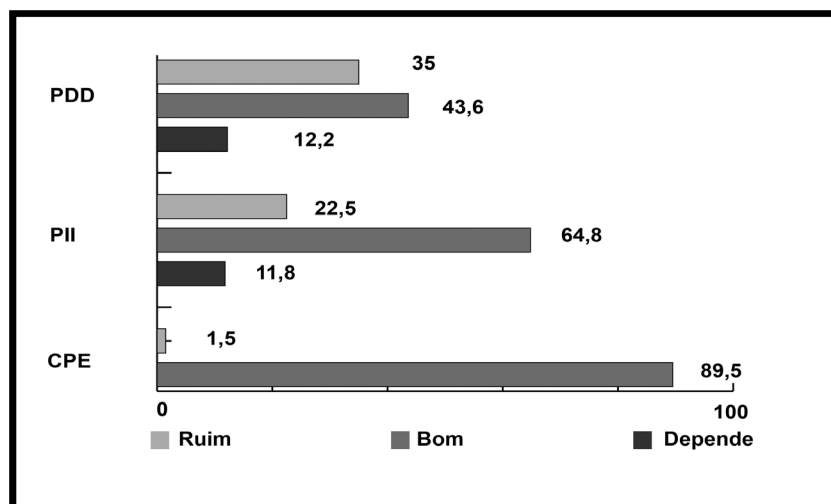
Você acredita que o livre comércio é bom ou ruim para:			
	CPE	PII	PDD
A economia dos países desenvolvidos			
Bom	81,5	82,3	67,5
Ruim	8,5	12,5	13,6
O meio-ambiente			
Bom	42,2	58,9	50,3
Ruim	31,2	34,3	31,9
A economia brasileira			
Bom	67,3	71,0	63,7
Ruim	11,1	18,4	16,9
O nível de vida de pessoas como você			
Bom	74,7	71,5	60,8
Ruim	8,6	16,2	16,9
As empresas nacionais			
Bom	63,3	68,3	61,2
Ruim	16,6	22,2	20,1
A agricultura brasileira			
Bom	70,4	68,9	56,1
Ruim	17,1	21,0	23,8
Os trabalhadores brasileiros			
Bom	62,3	71,2	63,5
Ruim	17,1	19,3	16,3

(resultados em porcentagem)

Os brasileiros parecem ter uma atitude relativamente aberta às ideias vindas do exterior. Quase 90% dos membros da comunidade de política externa consideram positiva a circulação de ideias e costumes de outros países. É expressivamente menor, ainda que majoritária, a parcela do público que par-

GRÁFICO 6 - ELITES & PÚBLICO: A DIFUSÃO DE IDEIAS E COSTUMES DE FORA

Pergunta: Para você, é bom ou ruim que as ideias e costumes de outros países se difundam no Brasil?



(resultados em porcentagem)

A comunidade de política externa e o público têm, entretanto, visões radicalmente distintas sobre a participação de estrangeiros na vida política do país. O público rejeita a ideia de que um estrangeiro possa ser representante político, como deputado ou senador, enquanto parcela significativa das elites a aceita. Os dois grupos excluem a possibilidade de que um estrangeiro possa assumir a presidência do país, ainda que pouco mais de um terço dos membros da elite não a rejeite.

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA POLÍTICA

Você concorda ou não que um estrangeiro naturalizado brasileiro possa...

Você concorda ou não que um estrangeiro naturalizado brasileiro possa...				
		CPE	PII	PDD
Ser eleito deputado ou senador				
	Concorda	78	26,6	16,0
	Não concorda	20	72,0	74,0
Ser eleito presidente				
	Concorda	36,5		
	Não concorda	61,5		
Jogar na seleção brasileira de futebol				
	Não concorda	10,5		
	Concorda	89,5		

(resultados em porcentagem)

E agora, diga-me se você concorda ou discorda que alguém com dupla nacionalidade possa...

		PDD	PII
SER ELEITO DEPUTADO OU SENADOR			
	Concorda	24,7	17,1
	Não Concorda	74,6	73,5
SER ELEITO PRESIDENTE			
	Concorda	21,0	17,1
	Não Concorda	77,8	74,8

Em resumo, a comunidade de política externa brasileira é homogênea do ponto de vista de sua autoidentificação nacional. Seus membros se definem primariamente como brasileiros e apenas uma minoria se sente também latino-americana ou sul-americana. Estão interessados nos assuntos internacionais; valorizam positivamente a globalização, a liberdade de comércio internacional, os investimentos estrangeiros e a difusão de ideias e costumes vindos do exterior. Acreditam que o Brasil projeta uma imagem externa de independência e valorizam essa conquista. É possível caracterizá-los como uma parcela das lideranças nacionais aberta para o mundo. Por seu turno, o público de massa mostra escasso interesse e informação sobre os temas internacionais e, embora, o contato direto com o exterior não faça parte de sua experiência imediata, mostra também uma atitude bastante aberta e simpática aos processos relacionados à globalização.

TABELA 5: INTERESSE E INFORMAÇÃO SOBRE O MUNDO E ATITUDE DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO

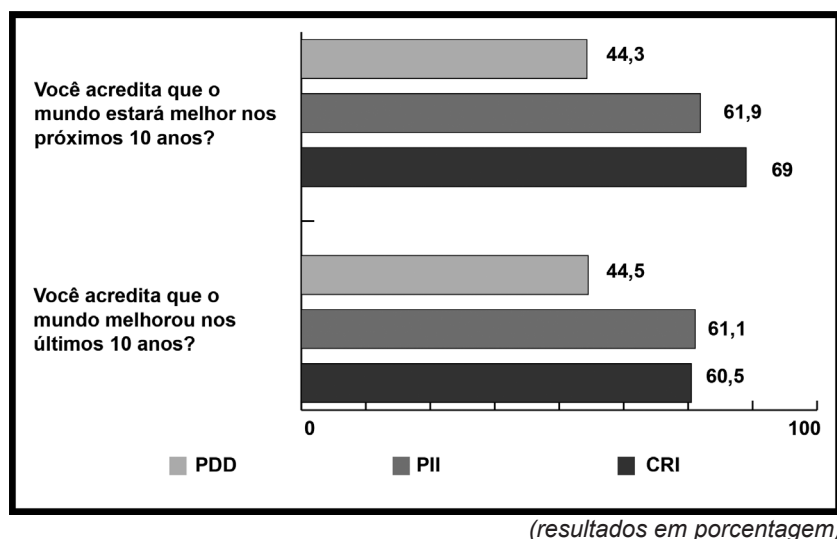
	PII	PDD
Interesse	100	0
Informação Correta		
ONU	100	0
OEA	46,4	5,4
MRE	38,6	3,3
FIFA	80,0	14,3
Favoráveis à globalização	82,1	60,6

(resultados em porcentagem)

O cenário internacional

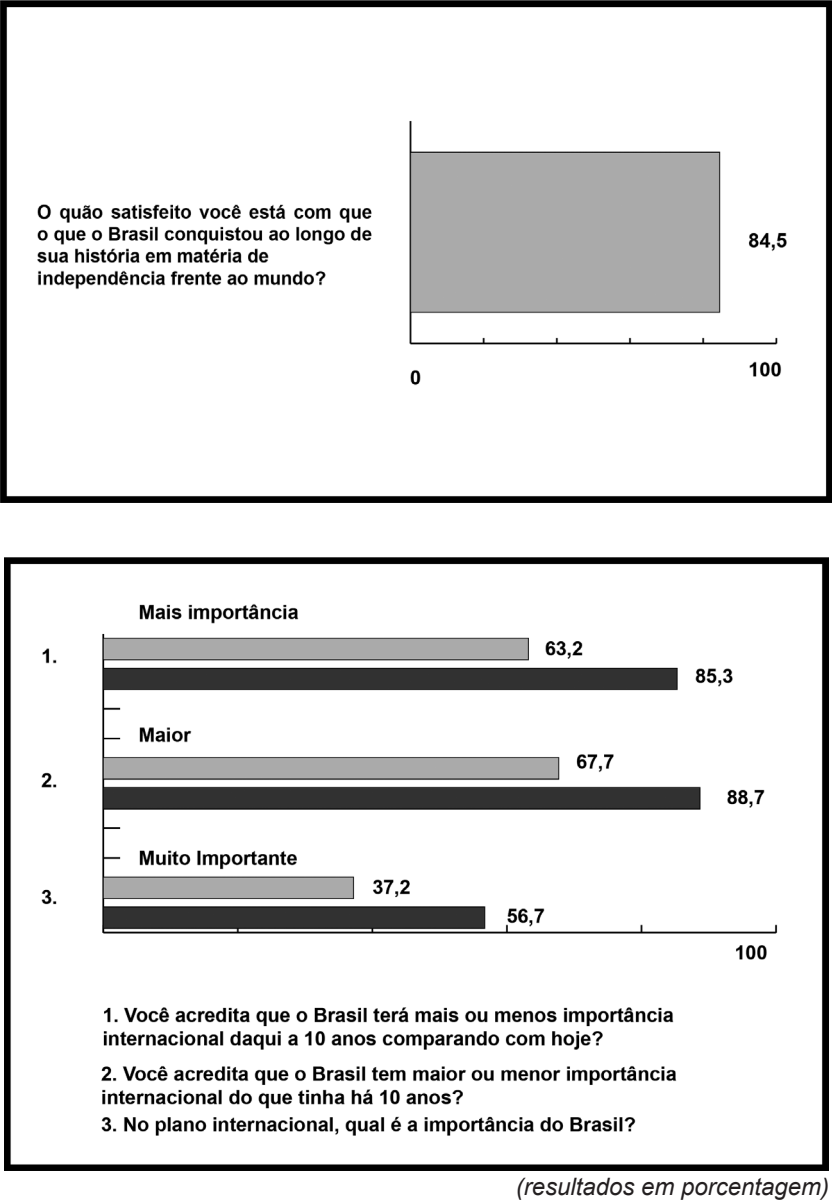
Depois de dois anos da crise que atingiu o Ocidente desenvolvido, mergulhando-o em profunda e prolongada recessão, uma parcela importante dos brasileiros interessados em assuntos internacionais mantém uma visão otimista com relação ao presente e ao futuro. Segundo eles, o mundo melhorou nos últimos 10 anos e será ainda melhor na próxima década. Em torno de 60% dos membros da comunidade de política externa e o público interessado e informado avaliam positivamente a última década. Os primeiros são também significativamente mais otimistas com relação ao futuro. Essa percepção compartilhada contrasta com as opiniões bem menos otimistas do contingente do público que não tem interesse nem informação sobre os assuntos internacionais.

GRÁFICO 7 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO:
O CENÁRIO INTERNACIONAL - PASSADO E FUTURO



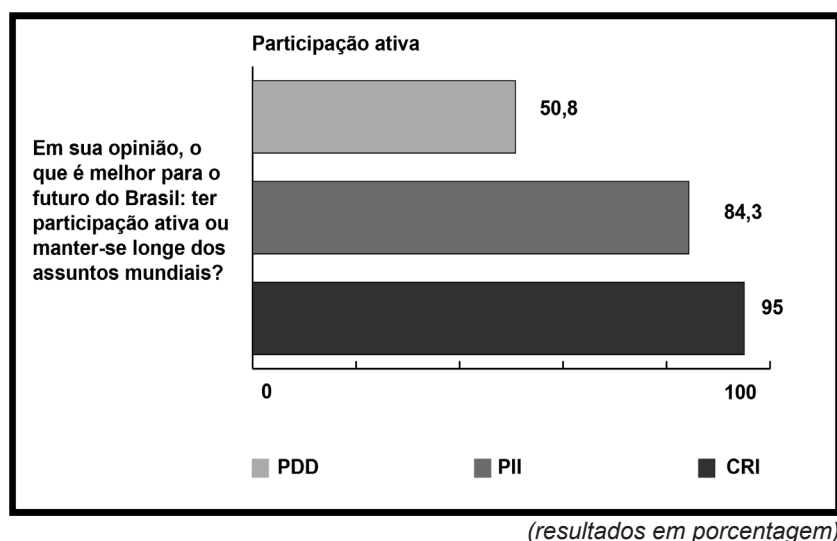
É possível que essa opinião, a contrapelo das tendências da economia, tenha relação com uma visão muito positiva do papel do Brasil no campo internacional. Com efeito, enquanto a comunidade de política externa mostra porcentagens altas de satisfação com a capacidade do país de se afirmar autonomamente na cena internacional, o grupo informado e interessado do público acredita que teremos crescente importância internacional, mesmo que apenas pouco mais da metade acredite que, hoje, o Brasil tenha muita importância no mundo. Uma vez mais o otimismo cresce com a informação e o interesse pelas questões mundiais.

GRÁFICO 8 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO BRASIL:
INDEPENDÊNCIA FRENTE AO MUNDO



De toda forma, a comunidade de política externa e o público interessado e informado concordam que participar ativamente dos assuntos mundiais é melhor para o país.

GRÁFICO 9 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO - PARTICIPAÇÃO NOS ASSUNTOS MUNDIAIS



O mundo oferece oportunidades, mas também traz ameaças. Perguntados sobre a importância para o Brasil de uma série de problemas internacionais, comunidade de política externa e o público mostraram percepções em geral convergentes e distantes das percepções do público desinteressado e desinformado.

Avultam, entre as ameaças, os problemas globais – especialmente aqueles relacionados à segurança e ao meio ambiente –, com precedência sobre as resultantes de assimetrias de poder e de mudanças recentes na distribuição internacional dos recursos de poder – predomínio econômico dos Estados Unidos e ascensão da China – e sobre os problemas regionais, que não parecem preocupar nenhum dos grupos entrevistados. Entretanto, a opinião pública parece mais sensível do que a comunidade de política externa à ameaça do terrorismo, aos problemas de natureza mais diretamente social – como pobreza, AIDS, escassez e preço elevado dos alimentos, falta de energia – bem como as ameaças que podem vir de países vizinhos – guerrilhas, populismo, conflitos de fronteira.

TABELA 6 - AMEAÇAS INTERNACIONAIS GRAVES

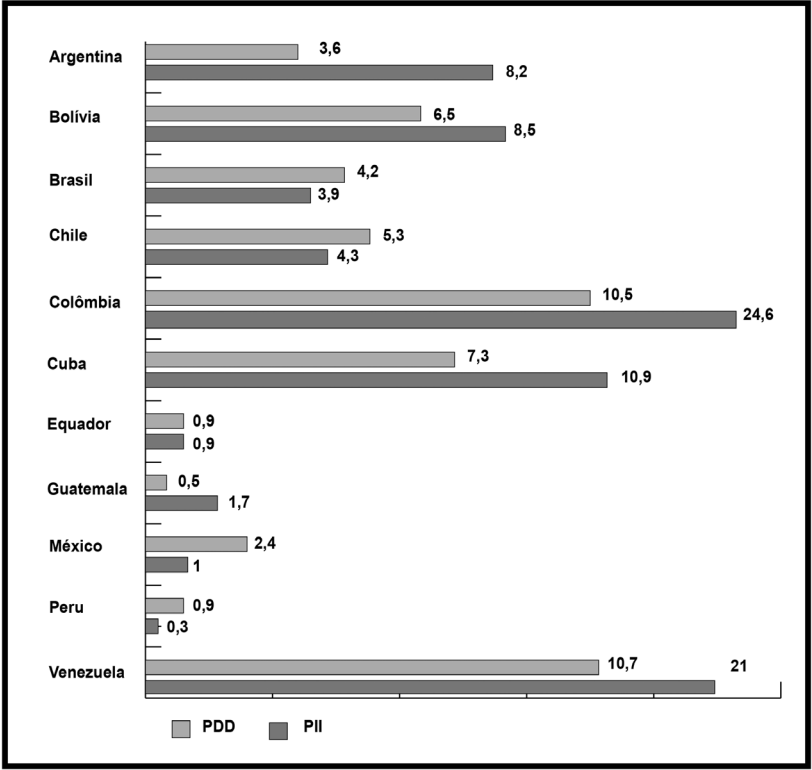
CPE	PII	PDD	
	Ameaça grave		
O narcotráfico e o crime organizado	82,5	80,2	75,0
O tráfico de armas	74		
O aquecimento global	65,5	82,6	61,5
As crises econômicas no mundo	64		
A pobreza e a fome no mundo	52,5	74,7	70,6
As armas nucleares	49,5	77,6	67,0
Os desastres naturais	49,2		
O terrorismo internacional	44,1	66,7	59,7
As epidemias como a AIDS	42,5	68,1	67,7
A escassez e os altos preços dos alimentos	41,4	70,5	65,9
A possibilidade de suspensão do suprimento internacional de energia, como gás e petróleo	37,5	62,1	56,3
As guerrilhas em países vizinhos	35	64,2	54,3
A entrada no Brasil de estrangeiros sem documentos legais de imigração	30,5		
A instabilidade em países vizinhos	30,2		
As lideranças populistas em países vizinhos	28,5	43,2	44,3
Os conflitos fronteiriços e as disputas territoriais	28	61,3	55,7
As barreiras à entrada de imigrantes nos países desenvolvidos	23,5		
O aumento de gastos militares na região	19,5		
O surgimento da China como potência mundial	14,1	30,2	26,1
O poder econômico dos Estados Unidos	13		

(resultados em porcentagem)

A percepção de ameaças internacionais vem acompanhada de juízos, por parte dos grupos do público, sobre as nações que poderiam atuar para garantir a paz. Embora o público informado e interessado considere, como vimos anteriormente, que o Brasil poderá vir a desempenhar papel relevante no mundo, não parece considerar que os problemas da paz e da guerra sejam de sua alçada. Para uma parcela significativa dos entrevistados, os Estados Unidos são de longe o país ao qual toca a responsabilidade pela segurança mundial, segundo as duas categorias do público de massa. França e China despontam bem atrás, como coadjuvantes desse processo.

GRÁFICO 10 - PÚBLICO E PAÍSES CONFIÁVEIS PARA MANTER A PAZ

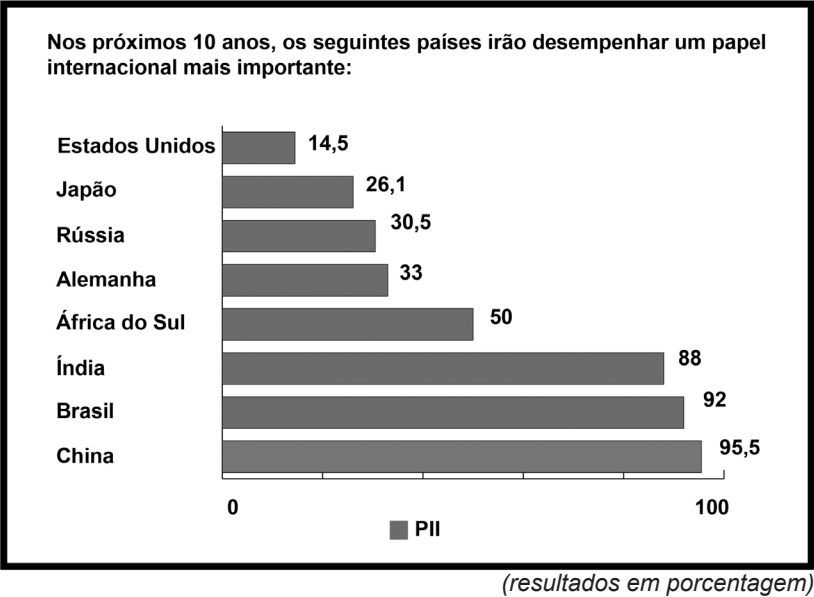
Pergunta: Qual dos seguintes países lhe inspira maior confiança para manter a paz no mundo?



(resultados em porcentagem)

Se o público atribui aos Estados Unidos um papel de destaque no provimento de segurança internacional nos dias de hoje, a comunidade de política externa projeta, para o futuro, redução significativa da importância mundial daquele país. Menos de 15% dos entrevistados acreditam que os EUA serão mais importantes no futuro, enquanto a esmagadora maioria pensa que China, Índia e Brasil terão importância maior do que a atual nos próximos 10 anos.

GRÁFICO 11 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E AS POTÊNCIAS DO FUTURO



A comunidade de política externa e a parcela informada e interessada do público de massas mostram a mesma tendência otimista com respeito à situação do mundo no presente e no futuro. Também compartilham opiniões sobre a gravidade de ameaças globais com impacto sobre o Brasil. A comunidade de política externa parece projetar para o futuro próximo um sistema internacional multipolarizado, no qual China, Índia e Brasil terão importância aumentada, enquanto Estados Unidos, seus aliados ocidentais e a Rússia verão seu protagonismo diminuído.

A comunidade de política externa e a parcela informada e interessada do público de massas possuem visões convergentes com relação aos logros internacionais do Brasil, bem como compartilham uma atitude marcadamente favorável ao envolvimento brasileiro na política internacional. Discrepam apenas na intensidade dessas percepções. A comunidade de política externa é mais otimista quanto ao futuro e mais favorável ao engajamento internacional ativo do país.

A agenda internacional do Brasil e as estratégias preferidas

Aberto ao exterior e engajado nos organismos multilaterais, o país possui uma agenda internacional em torno da qual se formou um elevado consenso entre a comunidade de política externa e a parcela interessada e informada do público. Ela inclui aquelas questões que foram percebidas como ameaças internacionais importantes. Confrontados a uma lista de temas, CPE e PII tendem a atribuir grande importância às mesmas questões.

TABELA 7 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO: A AGENDA INTERNACIONAL DO BRASIL

Pergunta: CRE: Qual a importância de cada um dos seguintes objetivos para a política externa do Brasil?

Público Diga-me, qual a importância que deve ter cada um dos seguintes objetivos para a política exterior do Brasil: muito importante, importante, pouco importante ou nada importante?

Agenda internacional do Brasil	CRI	PII	PDD
Objetivos de política extrema	Extrema ou muita importância	Muito importante	Muito importante
Promover a venda de produtos brasileiros em outros países	98	96,4	81,9
Combater o tráfico internacional de drogas	97,5	96,8	88,9
Atuar em defesa do meio ambiente	97	97,6	91,1
Promover a integração regional	96,5	89,4	75,9
Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil	92,5	95,2	78,6
Proteger os interesses dos brasileiros residentes em outros países	91	96,6	85,3
Prevenir a proliferação de armas nucleares	88	91,6	83,8
Fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)	87	92,2	64,8
Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos	86	92,5	81,5
Combater o terrorismo internacional	73,5	92,3	82
Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)	66	77	56,1
Atuar em defesa dos direitos humanos	96,5	89,8	74,8
Garantir a democracia na América do Sul		96	90,6
Integrar a infra-estrutura da América do Sul	92,8		
Promover a cultura brasileira	88		
Atrair turistas	87,5		
Fortalecer a liderança regional do Brasil	85,6		
Proteger os recursos naturais do Brasil da exploração internacional	83,5		
Fortalecer o MERCOSUL	80,9		
Fortalecer as Forças Armadas e a política de segurança e defesa nacional	80		
Fortalecer a UNASUL (União das Nações Sulamericanas)	65,8		
Abrir mais a economia brasileira à competição internacional	68,7		
Controlar e reduzir a imigração ilegal para o Brasil	62,6		
Mediar conflitos em outras regiões do mundo, como no Irã	41,5		

(resultados em porcentagem)

Verificam-se diferenças significativas entre a comunidade de política externa e o público interessado e informado na importância atribuída à integração regional, à proteção dos brasileiros no exterior, ao fortalecimento da ONU, ao combate ao terrorismo internacional, à defesa dos direitos humanos, à ajuda aos países mais pobres e à garantia da democracia na América do Sul. Em geral, os temas de interesse regional parecem sensibilizar mais a comunidade do que à parcela interessada do público.

Entretanto, solicitados a destacar, em lista pré-definida, o principal objetivo da ação externa do Brasil, apenas o combate ao narcotráfico e a defesa do meio ambiente ganharam relevo. Mesmo assim, só cerca de um quarto dos entrevistados lhes confere prioridade.

TABELA 8

Público: principais objetivos da política externa brasileira

O PRINCIPAL OBJETIVO		
	PII	PDD
Fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)	3,1	2,5
Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)	1,5	1,3
Combater o terrorismo internacional	7,2	6,9
Ajudar a levar a democracia a outros países	2,6	2,0
Promover a venda de produtos brasileiros em outros países	6,0	5,3
Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos	4,4	5,3
Prevenir a proliferação de armas nucleares	9,0	6,9
Combater o narcotráfico e o CPÊme organizado	23,5	20,9
Proteger os interesses dos brasileiros em outros países	7,8	8,0
Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil	5,5	5,1
Proteger as fronteiras terrestres e marítimas	5,6	4,7
Proteger o meio-ambiente	21,7	24,5
Promover a integração regional	1,0	,4
Não sabe	,7	4,9

(resultados em porcentagem)

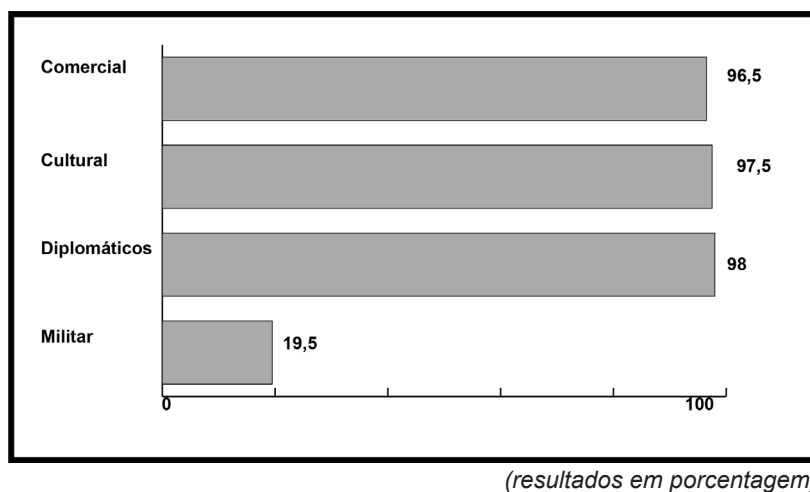
Há significativa convergência entre comunidade de política externa e público interessado e informado com respeito às linhas básicas que devem nortear a ação internacional brasileira. A rejeição do unilateralismo e a valorização da participação ativa em organismo multilaterais são estratégias fortemente apoiadas pelos dois grupos. Os gráficos seguintes o comprovam de diversas maneiras.

A literatura sobre política externa é unânime em enfatizar a preferência do Brasil pela utilização de recursos de *soft power* para afirmar e ampliar o protagonismo do país na cena internacional. Essa seria uma orientação centenária e persistente da política externa brasileira, reafirmada em encruzilhadas críticas impor-

tantes, como por exemplo, na substituição do autoritarismo pela democracia, na década de 1980. Dos países intermediários mais recentemente batizados com a sigla BRICs, o Brasil é o único que consistentemente parece apostar no exercício suave do poder por meio do incremento do comércio, do exercício da diplomacia, da valorização da diversidade de sua cultura e da afirmação de valores associados à negociação e a solução pacífica de conflitos.

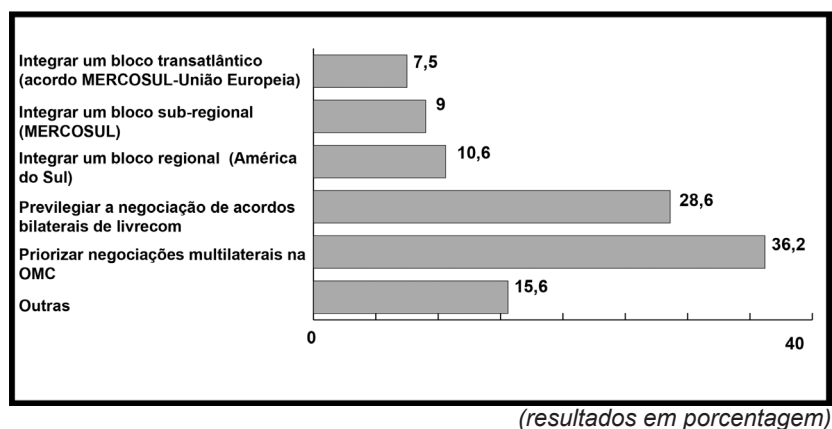
Essas dimensões definidoras do *soft power* fazem parte, de forma notável, das representações dos membros da comunidade de política externa que, de maneira quase unânime, preferem que o Brasil trilhe a via do comércio, da diplomacia e da influência cultural em vez de utilizar o poder militar.

GRÁFICO 12 - OMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: RECURSOS PRA AUMENTAR A INFLUÊNCIA DO BRASIL NO MUNDO



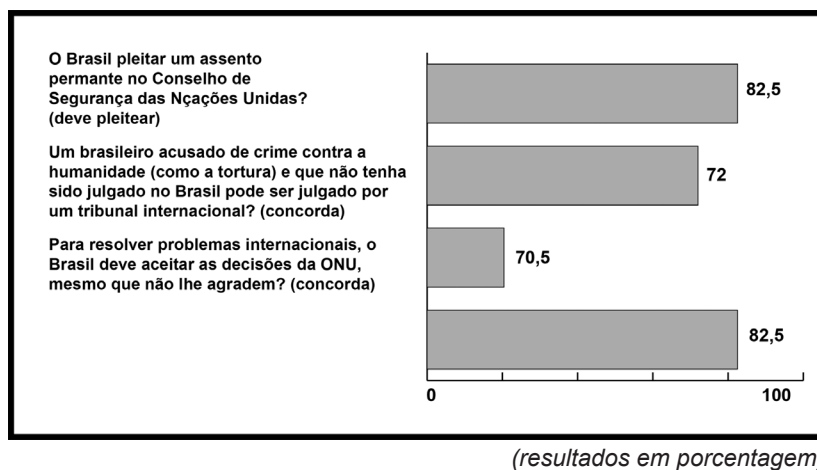
No que tange ao comercio, colocada frente a estratégias diversas de inserção na economia mundial, a comunidade de política externa privilegia a atuação multilateral, na OMC, e, secundariamente, a realização de acordos comerciais bilaterais em detrimento de estratégias envolvendo coordenação regional, no âmbito do MERCOSUL ou da vizinhança sul-americana.

GRÁFICO 13 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL



A preferência pela atuação multilateral é reafirmada na importância conferida às instituições do sistema das Nações Unidas na aceitação de suas decisões, na disposição de participar de suas iniciativas e de aumentar aí o protagonismo brasileiro, por meio de um assento permanente no Conselho de Segurança.

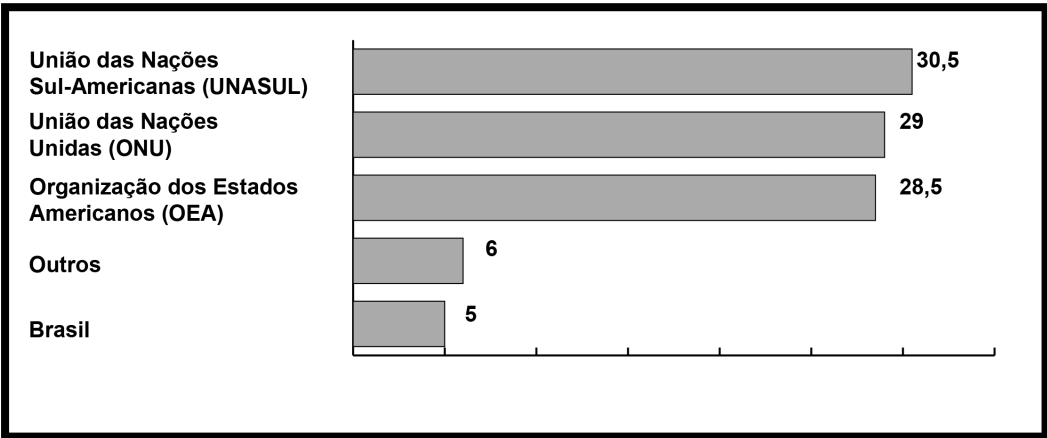
GRÁFICO 14 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: O BRASIL E AS ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS



As Nações Unidas aparecem com relevo mesmo na resolução de hipotético conflito armado, lado a lado, dos organismos regionais. De resto, para a CPE, a solução deve ser sempre buscada por meio de organizações internacionais, e nunca pela ação solitária do Brasil.

GRÁFICO 15 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS

Pergunta: Em caso de conflito armado na América do Sul, quem deve resolvê-lo?



(resultados em porcentagem)

A crença na superioridade de estratégias multilaterais e da ação por meio de organizações internacionais é menos clara entre a parcela informada e interessada do público. Só 57% dos entrevistados do PII concorda que o Brasil deve acatar decisões da ONU, mesmo que com elas não concorde, contra 70% dos que formam a comunidade de política externa; enquanto pouco menos de 60% dos primeiros, contra 72% dos últimos, concorda que um brasileiro acusado de crimes contra humanidade pode ser submetido a tribunal internacional. São minoria, embora minoria significativa, os entrevistados do público informado e interessado que considera que o direito internacional deve estar acima das leis do país.

TABELA 9

O público e as estratégias internacionais

O público e as estratégias internacionais		
Grupos do Público	PII	PDD
Presença no mundo		
O Brasil tem 25 embaixadas na África. Esse número deve:		
Aumentar	46,2	29,9
Reduzir	13	16,2
Manter	36,5	33,2
Não Sabe	4,3	20,7
Multilateralismo e Aceitação das Organizações Internacionais		
Com relação a um país em que os direitos humanos não são repetidos, o Brasil deve:		
Romper relações diplomáticas	26,5	18,5
Procurar organismos como a ONU	51	26,5
Não se envolver nos assuntos internos do país	19,6	38,1
Não Sabe	2,6	16,5
Para resolver problemas internacionais, o Brasil deve acatar às decisões da ONU mesmo que não as endosse? (concorda)		
Os acordos e tratados internacionais devem estar acima das leis internacionais? (concorda)	40,4	33,4
O conselho de segurança da ONU deve autorizar o uso da força para reestabelecer um governo democrático que tenha sido derrubado? (concorda)	54,3	54,3
Um brasileiro acusado de crime contra a humanidade, não julgado no Brasil, pode ser julgado por um tribunal internacional? (concorda)	59,6	51,5

(resultados em porcentagem)

Em suma, a comunidade de política externa confere amplo suporte às estratégias de afirmação da influência brasileira por meio de recursos de poder suave e privilegia a atuação em organizações multilaterais, especialmente a OMC e a ONU. É no seu interior que o país deve procurar reforçar presença e influência. Já a adesão do público informado e interessado ao multilateralismo é mais ambígua. Essa percepção é menos acentuada entre os dois estratos do público.

O Brasil na região

As relações do Brasil com a região que habita sempre foram complexas. Como observa Fonseca (2012;10), desde os tempos de Rio Branco, “o equilíbrio é traço significativo das posições brasileiras. Não estaremos alinhados automaticamente nem com os Estados Unidos, tampouco com os latino-americanos”.

A preocupação com ganhar espaço, simultaneamente, na região e no mundo caracterizou desde muito cedo a política externa brasileira. A região nunca foi percebida, pelos responsáveis pela política externa, como o limite da ação e da ambição de reconhecimento internacional do país.

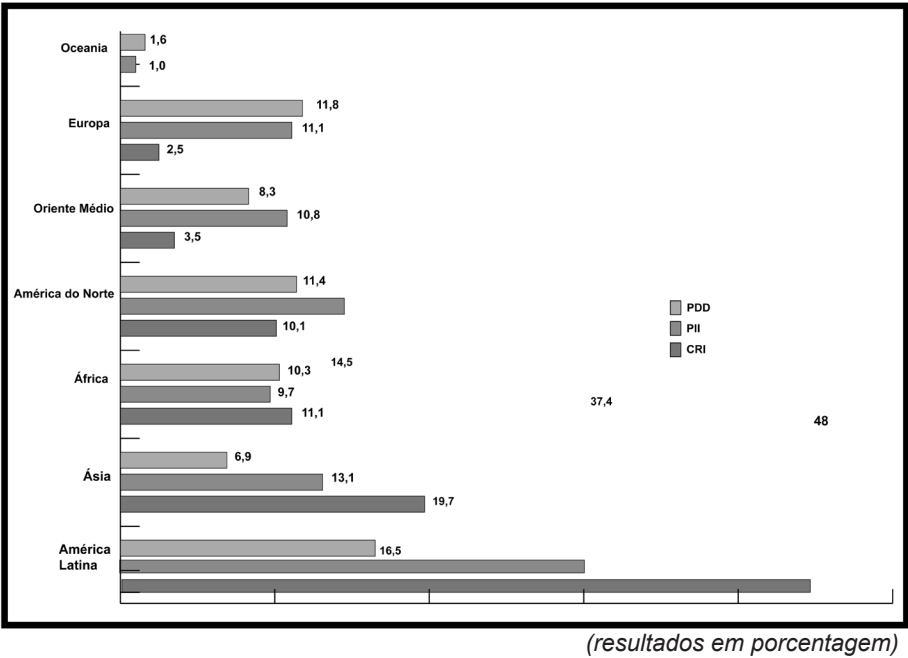
Mas de que região falamos? As Américas, a América Latina e a América do Sul são definições geopolíticas que, ao longo da história do Brasil republicano, se superpuseram, tangenciaram e, por vezes, pareceram se opor.

Vimos anteriormente que se reduz a pouco mais de 25% os participantes da comunidade de política externa que se consideram latino-americanos, e a menos de 20% os que se definem como sul-americanos. Estamos na América Latina, mas não nos sentimos latino-americanos ou sul-americanos. A região é importante para a projeção internacional do país, mas não só ela é importante.

Assim, como vimos também que, embora promover a integração regional, firmar a liderança regional brasileira, fortalecer o MERCOSUL e garantir a democracia na América do Sul apareçam para a comunidade de política externa como objetivos muito importantes na agenda internacional do Brasil, a ideia de que o país deve prestar mais atenção à América Latina é compartilhada por pouco menos da metade dos membros daquele grupo e para uma parcela ainda mais reduzida do público interessado e informado. A Ásia desponta como a segunda região de interesse, seguida da África, como se observa no gráfico a seguir.

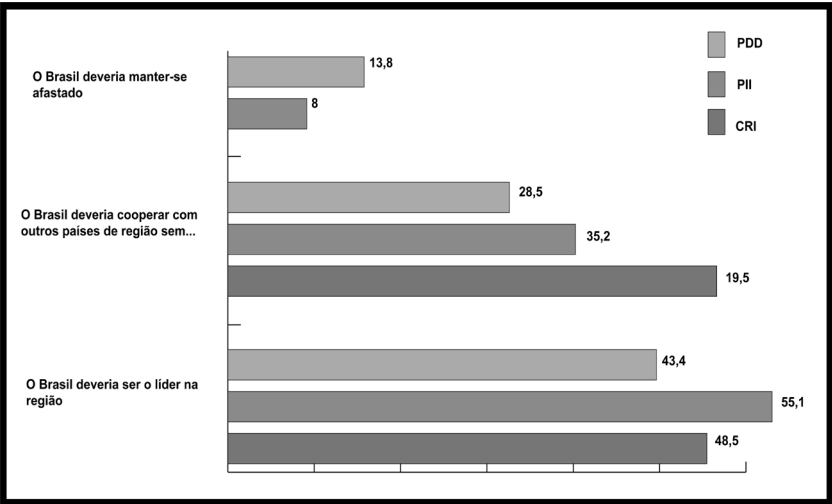
GRÁFICO 16 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO: A IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS REGIÕES DO MUNDO

Pergunta: O Brasil deve prestar mais atenção em qual região do mundo



A comunidade de política externa e segmentos do público de massa consideram que o país deve ter papel ativo na América do Sul. O primeiro grupo está dividido ao meio com relação à natureza do papel que o país pode desempenhar – liderando sozinho ou compartilhando a responsabilidade com seus vizinhos –, enquanto a maioria do público interessado e informado pensa que cabe ao Brasil liderar. De forma coerente, os grupos do público não têm dúvidas sobre qual país deveria representar a região no Conselho de Segurança da ONU.

GRÁFICO 17 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO: O PA-
PEL DO BRASIL NA AMÉRICA DO SUL

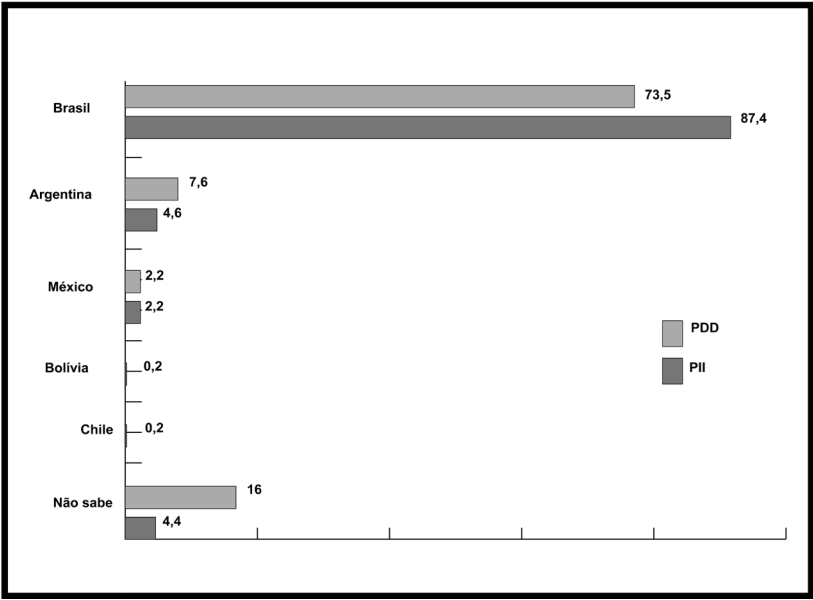


(resultados em porcentagem)

GRÁFICO 18

Público: a América Latina na ONU

Pergunta: Quem deveria representar a América Latina no CS da ONU?



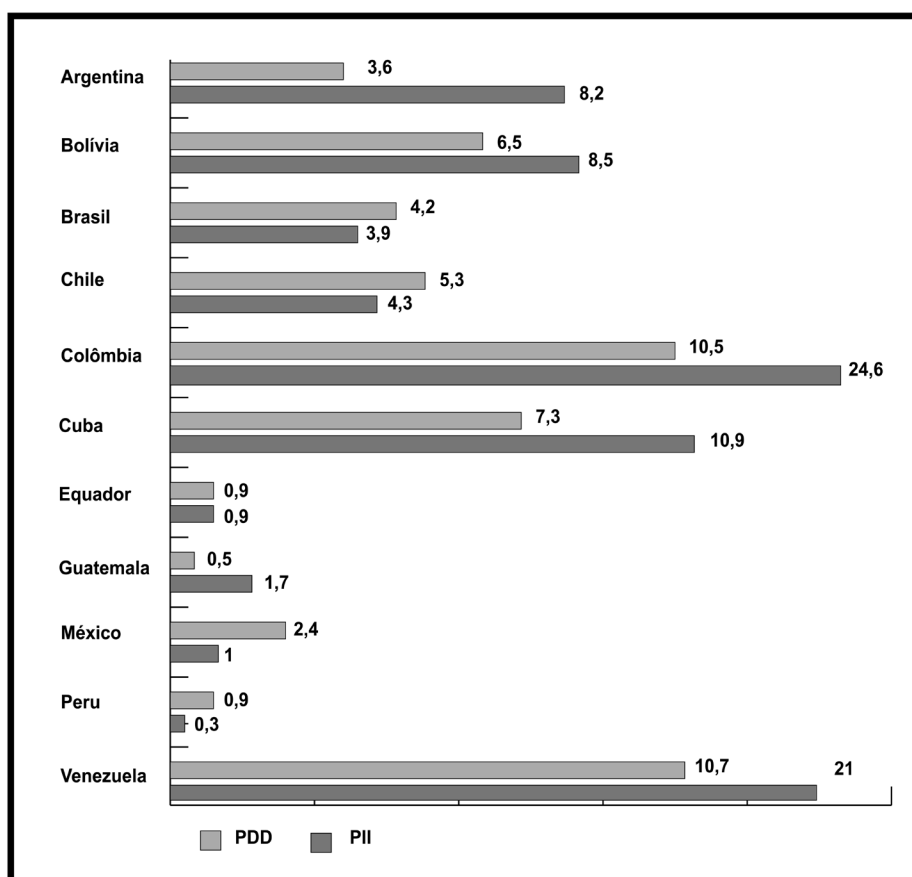
(resultados em porcentagem)

O público de massa, em geral, não encara os vizinhos como fonte importante de conflitos. Todavia, destaca Colômbia e Venezuela como os países mais conflituos da região no passado, bem como aqueles com mais potencial de disrupção no futuro.

GRÁFICO 19

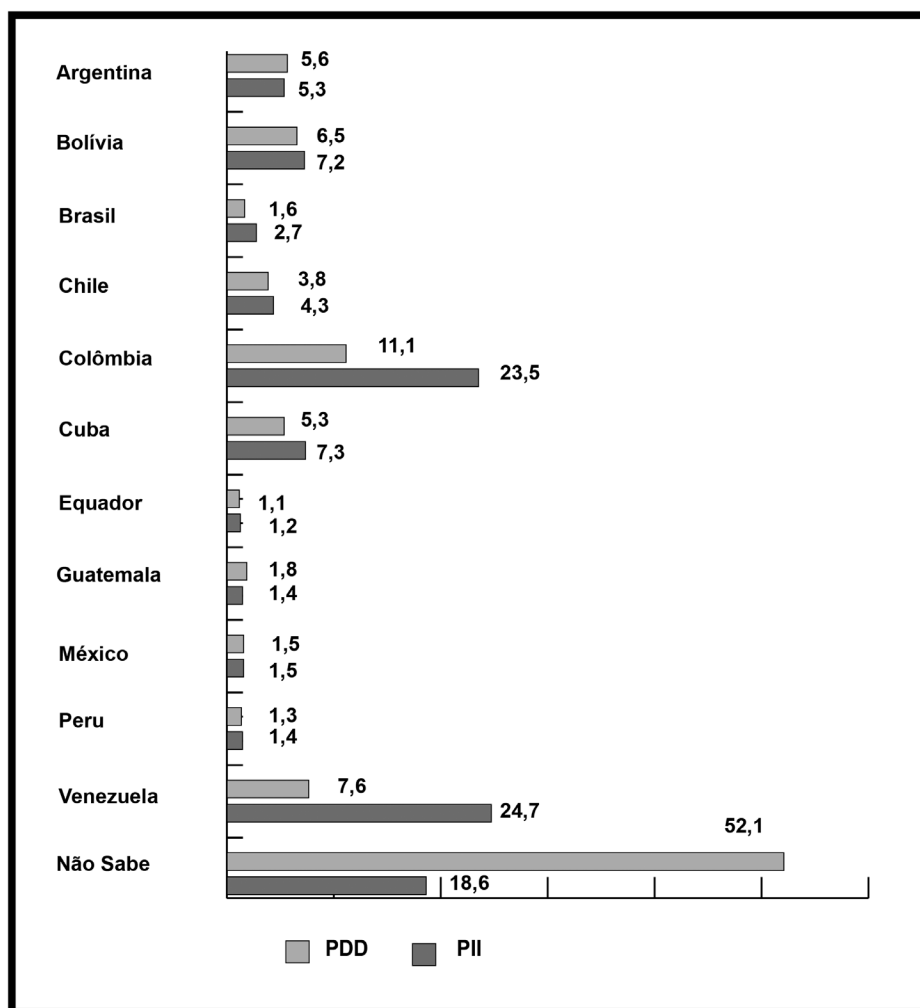
Público: as fontes de conflito na América Latina – passado e futuro

Pergunta: Nos últimos 10 anos, qual país da América Latina gerou mais conflitos na região?



(resultados em porcentagem)

Pergunta: E nos próximos 10 anos? Qual país da América Latina gerará mais conflitos na região?



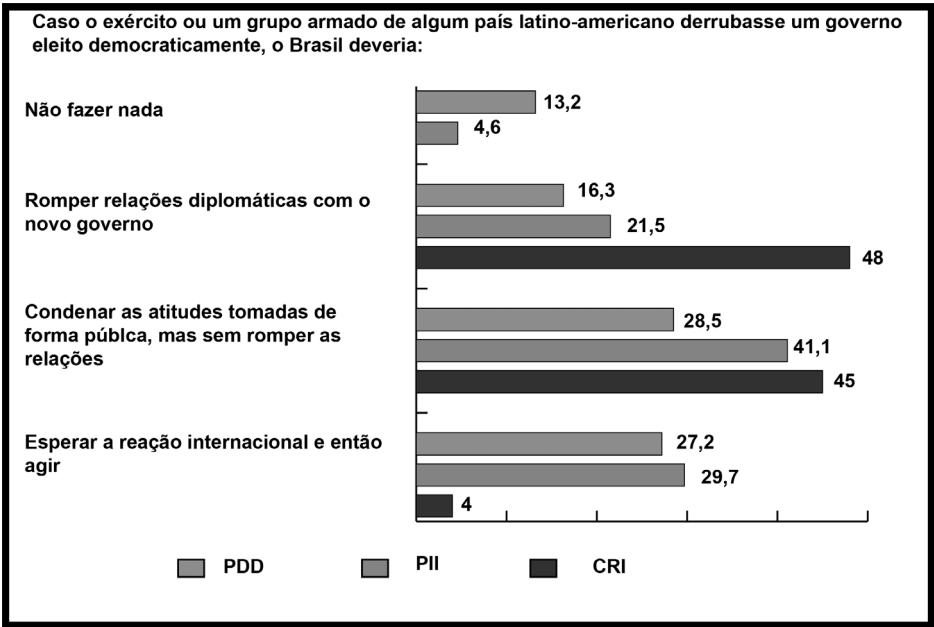
(resultados em porcentagem)

A estabilidade política e as modalidades de ação internacional para conter ameaças aos regimes democráticos na região foram temas presentes na agenda regional no período recente. Da mesma forma, as atitudes do governo brasileiro nessa matéria foram objeto de debate público e discórdia.

A defesa da democracia, como vimos, é para os entrevistados tópico de relevo na agenda internacional do Brasil. Mas o dissenso parece caracterizar também as posições dos membros dos grupos ouvidos na pesquisa com relação à melhor forma de fazê-lo. Por um lado, comunidade de política externa e público informado e interessado concordam que o país não pode ficar alheio a ameaças aos regimes democráticos, mas revelam opiniões diferentes quanto ao melhor caminho a seguir. Assim, qualquer linha de ação adotada pelo governo receberá críticas de grupos expressivos.

GRÁFICO 20

Público: comunidade de política externa e público – formas de defesa da democracia na região



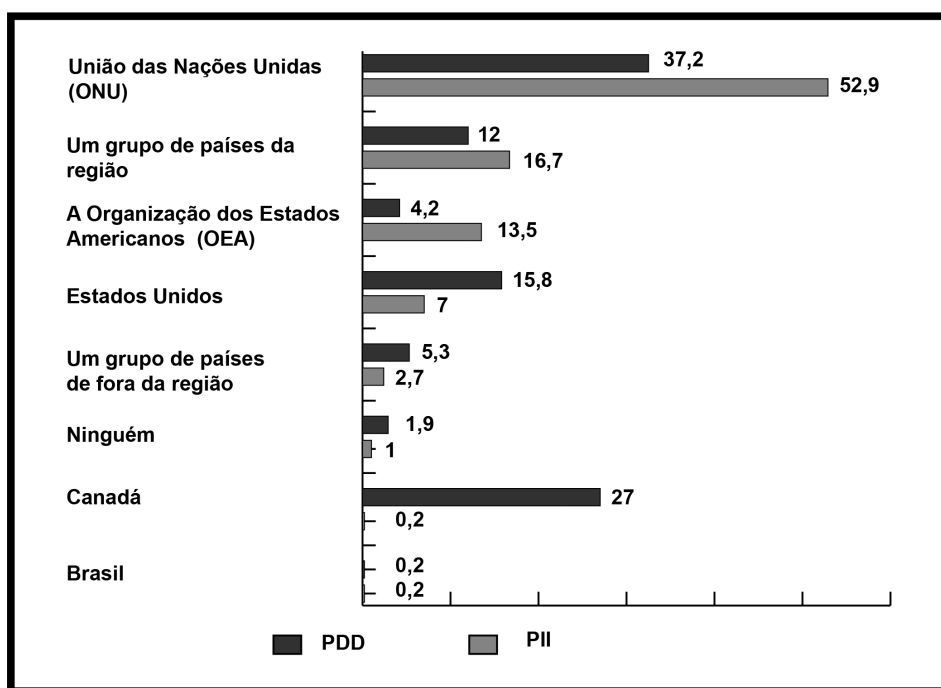
(resultados em porcentagem)

Uma vez mais o público pensa que o Brasil não deve agir sozinho, e uma maioria dos interessados e informados prefere a intervenção das Nações Unidas a outras possibilidades.

GRÁFICO 21

Público: enfrentando conflitos na região

Pergunta: Em caso de conflito armado, quem deve atuar?



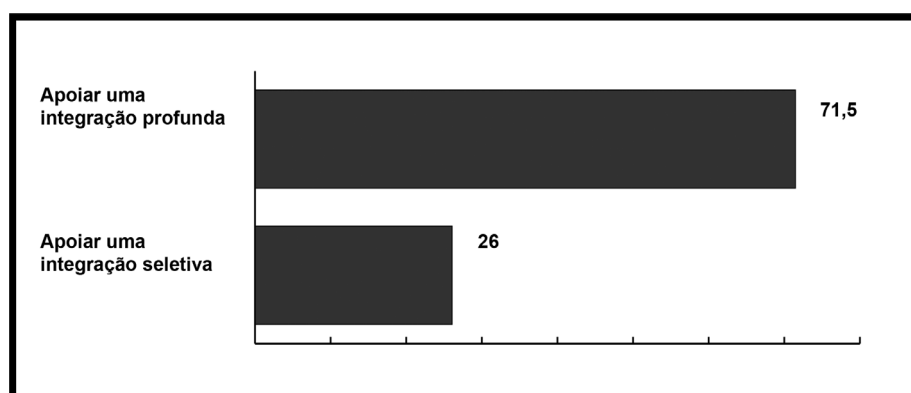
(resultados em porcentagem)

A integração regional é um tema recorrente na história da América Latina e da América do Sul. Ela foi reavivada nos anos 1980 e 1990 com as experiências do MERCOSUL e do NAFTA, com a proposta abortada de criação da ALCA, e com as iniciativas recentes da Alba e da Unasul. Não é, assim, de estranhar que promover a integração regional seja considerado pelos entrevistados objetivo muito importante para o Brasil.

Indagada sobre a natureza da integração desejada de forma genérica, expressiva maioria da CPE opta por uma modalidade mais abrangente e profunda.

GRÁFICO 22

Comunidade de política externa e integração regional

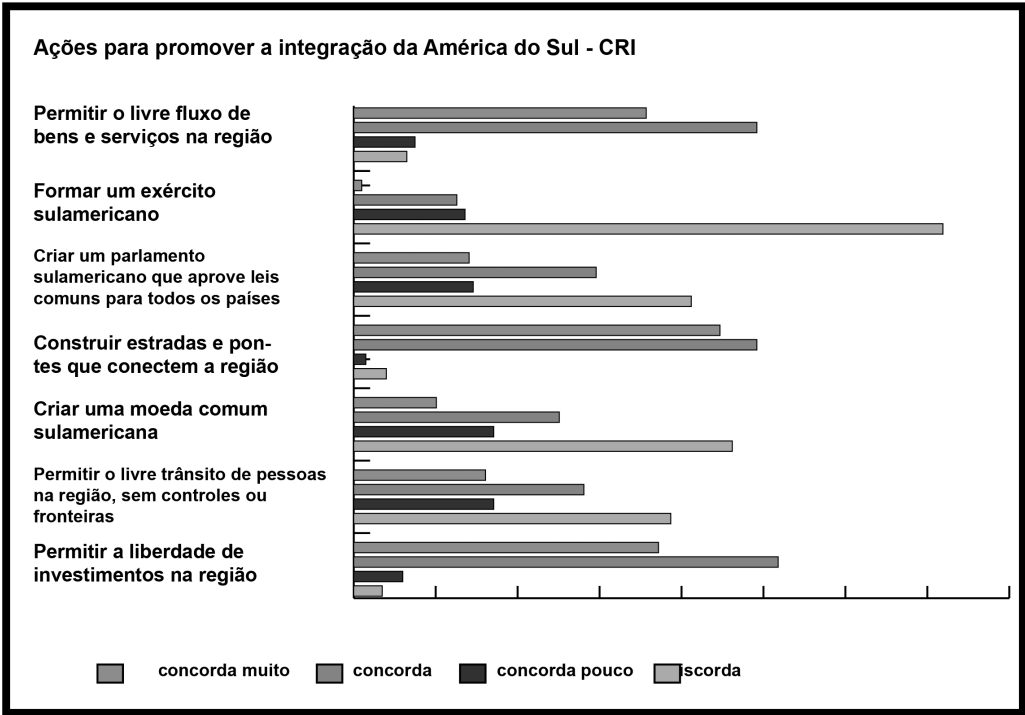


(resultados em porcentagem)

Entretanto, esmiuçando o entendimento do grupo sobre o alcance desse processo, verificamos que comércio, investimentos e infraestrutura são as dimensões que encontram apoio de maiorias mais expressivas, e até aí devem ir os esforços para aprofundar a integração.

GRÁFICO 23

Comunidade de política externa: formas de integração regional



(resultados em porcentagem)

Há dissenso importante quanto à criação de uma moeda comum, ao estabelecimento de um parlamento regional e à permissão de livre trânsito de pessoas, e existe oposição frontal à formação de um exército sul-americano.

As relações com os Estados Unidos

Desde a virada americanista, defendida por Nabuco e promovida por Rio Branco no começo de nossa vida republicana, as relações com os Estados Unidos constituem questão central para a identidade internacional do Brasil e para sua política exterior. Vem de muito longe a rejeição ao alinhamento automático com a potência do norte. Foram poucos os momentos de plena convergência de objetivos e, como demonstrou Amorim (2011), a divergência de posições entre os dois países, medida pelas votações sobre diferentes temas nas Nações Unidas, cresceu sistematicamente desde o começo dos anos 1960.

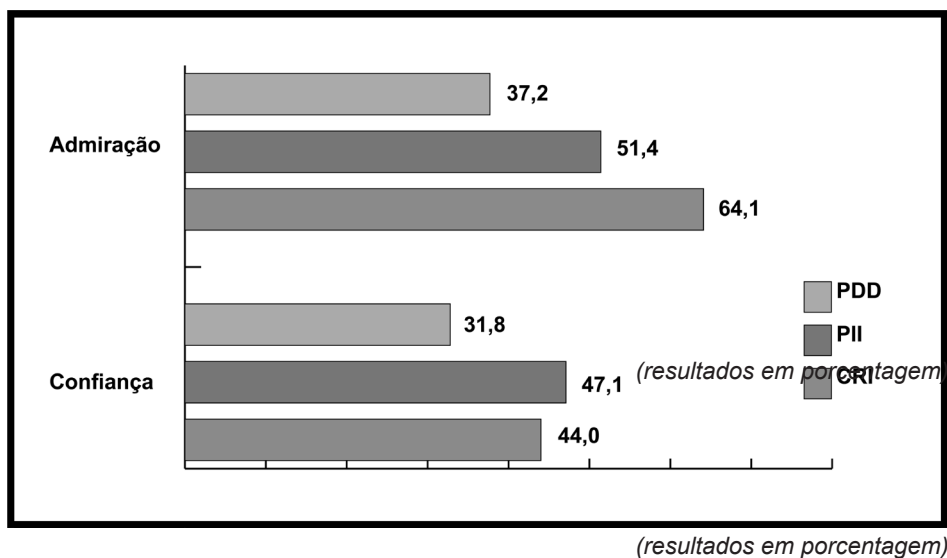
De outra parte, a ideia de que o país pudesse desempenhar um papel de interlocutor privilegiado entre a América do Sul e a potência do norte não esteve alheia às cogitações dos responsáveis pela política externa brasileira em vários momentos de nossa história.

De toda forma, os sentimentos e atitudes provocados com relação aos Estados Unidos são controversos e marcados pelo dissenso em todos os grupos entrevistados.

Os EUA despertam atitudes e sentimentos complexos de admiração e desconfiança, e uma divisão importante em todos os grupos de entrevistados. Embora a admiração pelos Estados Unidos seja significativamente mais elevada entre a comunidade de política externa do que entre os grupos do público, existe uma parcela importante de membros da CPE que não os admira. De outra parte, a desconfiança é o sentimento prevalecente em todos os grupos, ainda que significativamente maior entre o público. Parece existir um antiamericanismo entranhado nos brasileiros, e os dados mostram que ele é inversamente proporcional ao interesse, conhecimento e envolvimento em questões internacionais.

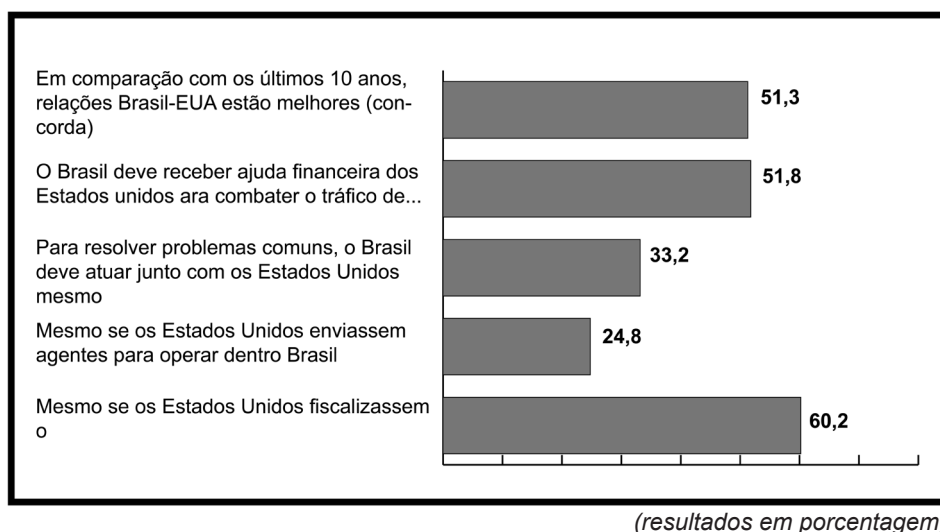
GRÁFICO 24 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA E PÚBLICO: SENTIMENTOS COM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS

Pergunta: Que palavras descrevem melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?



A divisão de opiniões dentro da comunidade de política externa é patente, também, quando se trata de avaliar o estado das relações Brasil-Estados Unidos e a possibilidade de cooperação entre os dois países no enfrentamento de uma questão que tanto a CPE como os grupos do público colocam no topo das ameaças internacionais ao país: o narcotráfico.

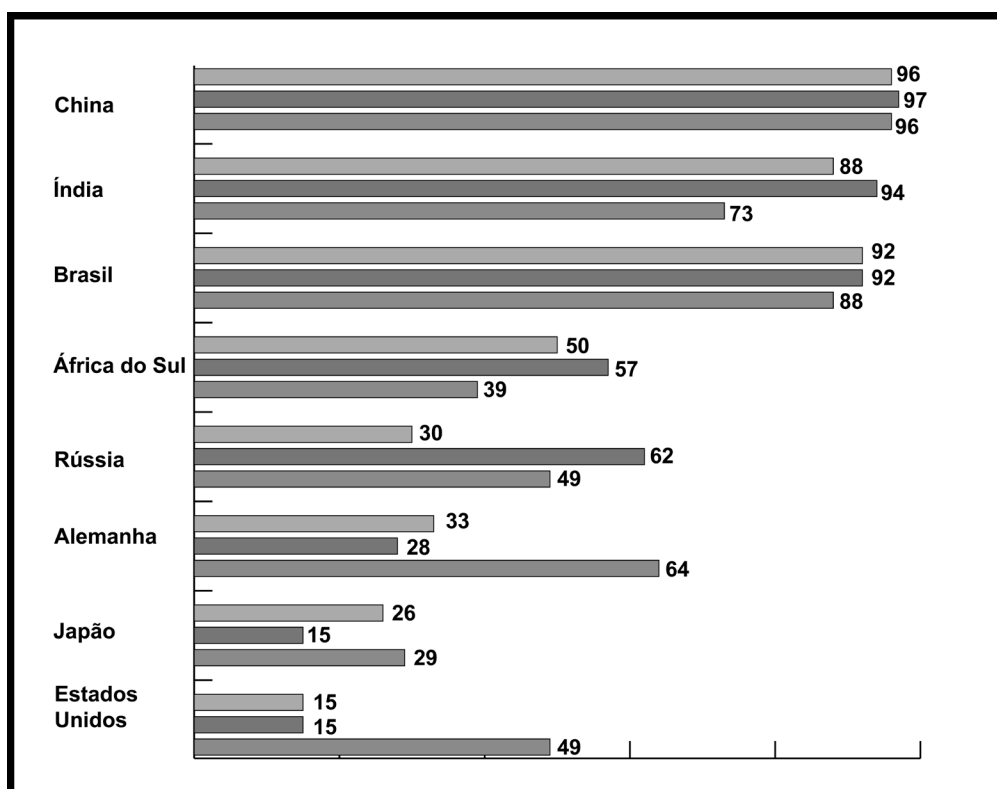
GRÁFICO 25 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: A RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS



As opiniões sobre as relações com os Estados Unidos devem ser lidas à luz das percepções sobre o papel de diferentes países no futuro próximo. O gráfico abaixo, que compara a evolução das percepções na última década, mostra com clareza que, neste lapso de tempo, reduziu-se drasticamente a porcentagem dos participantes da CPE que atribuem papel relevante aos Estados Unidos no futuro. A previsão da decadência dos Estados Unidos, Japão e Europa e da ascensão dos emergentes – China, Brasil e Índia – moldam as avaliações sobre o significado dos Estados Unidos para o Brasil. O Gráfico 25 mostra a evolução das percepções sobre a importância de diferentes países, utilizando dados de dois surveys conduzidos por Amaury de Souza para o Cebri e nossos resultados.

Ela é consistente com a importância reduzida atribuída à América do Norte para as estratégias internacionais do Brasil, como se viu no Gráfico 11.

GRÁFICO 26 - COMUNIDADE DE POLÍTICA EXTERNA: PAÍSES IMPORTANTES PARA O BRASIL (2001-2010)



(resultados em porcentagem)

Conclusões breves

A análise dos dados indica importante consenso sobre a natureza dos desafios enfrentados pelo Brasil, bem como sobre as ações visando a enfrenta-los. Com o objetivo de refletir sobre quais os temas mais ou menos consensuais e sobre a presença/ausência convergência entre a comunidade de política externa e o segmento informado e interessado do público construímos o quadro 1 abaixo. Na primeira coluna apresentamos os temas que foram tratados pela pesquisa apenas no âmbito do estudo com a comunidade de política externa (CPE) e os classificamos quanto ao nível de consenso/dissenso. Nas duas colunas seguintes classificamos os temas que foram tratados tanto na pesquisa com a CPE quanto na pesquisa com o público e os classificamos também quanto ao nível de dissenso/consenso. Optamos por eliminar dessa análise o segmento do público que classificamos como desinteressado e desinformado.

As diferenças foram estabelecidas com base na análise da moda e das diferenças percentuais constantes das tabelas e gráficos do relatório. Foram considerados temas consensuais, os temas com mais de 70% de concordância e a convergência foi estabelecida sempre que a diferença em pontos percentuais ficou em torno de 5 pontos entre os segmentos considerados a comunidade de especialistas e o público interessado e informado.

Na análise do tema sobre a cadeira pleiteada pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, 82,5 dos respondentes da pesquisa com a CPE afirmou que o Brasil deve se empenhar nessa demanda (Gráfico 14). Classificamos esse tema, portanto, como um tema no qual há consenso entre os membros da CPE. Entre os temas perguntados nos dois segmentos, CPE e público, levantamos informações sobre as ameaças ao país (Tabela 7). O problema do crime e do tráfico internacional de drogas foi considerado por 82,5% da CPE como uma grave ameaça à segurança do país, e também por 80,2% do público interessado e informado no tema. O tema foi classificado, assim, como um no qual há consenso e convergência entre os dois segmentos analisados. . No quadro abaixo,

apresentamos os tópicos em relação aos quais há mais dissenso no interior da comunidade de política externa e do grupo dos interessados e informados e menor convergência entre eles.

QUADRO 1: ANÁLISE DA CONVERGÊNCIA E CONSENSO ENTRE OS SEGMENTOS CPE E PII

	Apenas CPE	Convergência CPE- PII	Divergência CPE - PII
Consenso	Papel BRICs; Cadeira Conselho de segurança da ONU; Tropas Operações de Paz	Investimento externo; Globalização; Livre-comércio; Visão do futuro do país; Participação assuntos internacionais; Problema crime & narcotráfico Agenda Internacional	Difusão de ideias estrangeiras
Dissenso	Mediação no Irã; Negociações bi-laterais; Conflitos armados Am. Sul	Papel do Brasil na Am. Do Sul; Golpes militares na Am. Latina; Relação com EUA.	Populismo na Am. Latina; Moeda única na Am. Sul; Parlamento Am. Sul

Apesar de analistas terem chamado a atenção para uma real ou suposta “partidarização” da política externa brasileira na era Lula e, em consequência, para o surgimento de divergências que estariam a indicar a perda de seu caráter de política de estado e, em consequência, supra-partidária, a pesquisa demonstrou que há consenso no interior da comunidade de política externa, o que também ocorre no âmbito do segmento do público interessado e informado com relação a temas importantes da agenda. Para facilitar a análise agrupamos esses temas em três eixos principais:

1. Inserção econômica do país no mundo: há consenso e convergência quanto a necessidade de se expandir o nível de investimento externo no país, uma visão favorável quanto à globalização e o livre-comércio.

2. Protagonismo global do país: há apoio também à ideia de que o Brasil deve ter uma maior participação nos assuntos internacionais, buscando inclusive tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

3. Novas ameaças: Há consenso e os segmentos analisados convergem quanto à ameaça representada pelo aparecimento de novos atores e problemas relacionados ao crime transnacional, em particular o tráfico de drogas.

Esses são os temas que podemos chamar do “núcleo duro” da agenda de política externa brasileira, na qual há consenso e uma visão compartilhada sobre os problemas e as ações prioritárias.

Naturalmente, existem temas mais controversos e diante dos quais as divergências são mais pronunciadas. Nosso estudo constatou que o segmento de especialistas e o público divergem com relação a temas sensíveis da política externa brasileira, sobretudo nos governos Lula. Com o objetivo de facilitar a visão dos temas não consensuais na política externa, podemos agrupá-los dois grandes blocos:

1. Erro de protagonismo: A atitude do Brasil diante do Irã é um tema que divide a comunidade de especialistas assim como a posição que o país deve adotar frente a eventuais conflitos armados na América do Sul.

2. Instabilidade política na América do Sul: O risco representado pelos governos populistas na América do Sul e a instabilidade política associada a esses não são temas de consenso entre o público interessado e à comunidade de especialistas.

A síntese que fazemos desses pontos é que há uma expectativa quase unânime de que o país deve priorizar a via do comércio, da diplomacia e da influência cultural como as principais ferramentas de sua influência global, o que assinalamos anteriormente nesse relatório como a opção pelo exercício do *soft power* do país.

Bibliografia

BREWER, Marco & STEENBERGER, Marco, 2002. "All against all: how beliefs about human nature shape foreign policy opinions", *Political Psychology* 23 (1), p. 39-58.

BURSTEIN, Paul, 2003. "The impact of public opinion on public policy: a review and an agenda", *Political Research Quarterly* 56 (1), pp. 22-40.

FARIA, Carlos A.P. "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil", *Revista Brasileira de Política Internacional* 51 (2), pp. 80-97.

HOLSTI, Ole. "Public opinion and foreign policy: challenges to the Almond-Lippman consensus", *International Studies Quarterly*, Mershon Series: Research Programs and Debates, 36 (4), pp. 439-466.

_____, ROSNEAU, James, 1986.. "Foreign policy beliefs of American leaders: some further thoughts on theory and methods", *International Studies Quarterly*, 30 (4), 473-484.

JACOBS, Lawrence & PAGE, Benjamin, 2005. "Who influences U.S. Foreign policy?", 2005. *American Political Science Review*, 99 (1), 107-123.

KEOHANE, Robert O. & GOLDSTEIN, Judith, ed., 1993. *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca: Cornell University Press, .

KONO, Daniel, 2008. "Does public opinion affects trade policy?", *Business and Politics* 10 (2), pp. 1-19.

NANCE, Mark & COBB, Michael, 2011. "Back to the Basics: How Measuring Non-Opinions Affects the Validity of Sociotropic Explanations of Foreign Trade Preferences", paper apresentado na APSA-2011.

PAGE, Benjamin & SHAPIRO, Robert. "Foreign policy and the rational public", *Journal of Conflict Resolution*, 2(3), pp. 365-387.

RISSE-KAPEN, Thomas, 1991. "Public opinion, domestic structure and foreign policy in liberal democracies". *World Politics*, 43 (4), pp 479-512.

WITTKOPF, Eugene, 1986. "On the foreign policy beliefs of the American people: a critique and some evidence", *International Studies Quarterly*, 30, pp. 425-445

_____, 1990. *Faces of Internationalism: public opinion and foreign policy*, Durham: Duke University Press.

Título *Brasil, as Américas e o Mundo: Opinião
Pública e Política Externa 2010-2011*

Pesquisadores Maria Hermínia Tavares De Almeida
Janina Onuki
Leandro Piquet Carneiro

Bolsistas Matheus Hardt (apoio técnico)
Fabio Andó (iniciação científica)
Paula Mian (iniciação científica)

Produção Editorial Com-Arte Jr.

Capa Alissa Queiroz

Projeto gráfico Alissa Queiroz

Gráficos e tabelas Ana Paula Rizzo

Formato 18x27 cm

Tipologia Arial

Número de páginas 56

Impressão e acabamento Imprensa Oficial